N/E/X/T/ AUDITORES

Demonstrações Contábeis

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FIC FIDC DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.994.940/0001-72

Administrado pelo Banco Daycoval S.A.
CNPJ: 62.232.889/0001-90

DATA BASE

31/01/2026 - EXERCÍCIO

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes 3

Demonstração da posição financeira 10

Demonstração do resultado do período 11

Demonstração das mutações no patrimônio líquido 12

Demonstração dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações contábeis 14

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Contábeis

Aos cotistas e à administradora do

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FIC FIDC DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Administrado pelo Banco Daycoval S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Jive Bossanova High Yield PFN - FIC FIDC de Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de janeiro de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de janeiro de 2026, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Jive Bossanova High Yield PFN - FIC FIDC de Responsabilidade Limitada em 31 de janeiro de 2026 e o desempenho de suas operações para o exercício findo em 31 de janeiro de 2026, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Consideramos a avaliação das Cotas de Fundos de Investimento como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de possuir saldo de R$ 55.345 mil,

representando 100,23% do patrimônio líquido do Fundo, composto por cotas de fundos de investimento que obtém ganhos através de aplicações em títulos públicos federais, direitos creditórios e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, pretendendo propiciar aos quotistas uma performance superior e/ou similar aos das taxas de juros praticados no mercado interfinanceiro. A mensuração a valor justo das cotas desses fundos investidos se dá pela atualização do valor da cota divulgada pela Administradora.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre as conciliações contábeis dos saldos, (ii) verificação da valorização dos investimentos e dos registros efetuados por meio de documentação disponibilizada e divulgada pelo fundo investido; e (iii) avaliação das divulgações efetuadas pelo Fundo nas demonstrações contábeis.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em cotas de fundos de investimento, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros Assuntos

REEMISSÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

Anteriormente, emitimos nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2026 com ressalva em função do seguinte assunto: *"Em 31 de janeiro de 2026 o Fundo possuía investimentos no fundo "Jif II Créditos F.I.D.C. Crédito Privado", no montante de R$ 55.276 mil, e registrou resultado na ordem de R$ 9.647 mil. As demonstrações contábeis do fundo investido referentes ao exercício findo em 31 de janeiro de 2026 foram auditadas por outros*

auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 04 de maio de 2026, com ressalva em função do seguinte assunto: "Conforme nota explicava n° 6, o Fundo possui investimentos em debêntures, os quais perfazem o montante de R$ 466.886 mil (32,11% do patrimônio líquido) em 31 de janeiro de 2026. Até a conclusão de nossos exames, não obtivemos acesso aos documentos relativos à custódia de determinadas debêntures que o Fundo possuía na referida data, perfazendo o montante de R$ 219.616 mil. Dessa forma, mesmo tendo realizado determinados procedimentos de auditoria, não foi possível obtermos evidências de auditoria, apropriadas e suficientes, que nos permitissem concluir adequadamente sobre a existência desses investimentos em 31 de janeiro de 2026.". Como consequência, em 31 de janeiro de 2026 o saldo do investimento do Fundo pode estar impactado em decorrência do assunto mencionado na ressalva do Fundo investido." O fundo investido "Jif II Créditos F.I.D.C. Crédito Privado" teve suas demonstrações contábeis de 31 de janeiro de 2026 auditadas, por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 14 de maio de 2026, sem modificação de opinião. Neste sentido, estamos emitindo nosso relatório de auditoria em substituição ao relatório retromencionado, sem modificação de opinião.

Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Contábeis

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 10 de junho de 2026.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4
Ricardo Artur Spezia – Sócio
Contador SC-028595/O-2

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.994.940/0001-72

(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Demonstração da posição financeira

Em 31 de janeiro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais - R$)

		2026		2025	
Ativo	**Nota**	**Valor**	**% sobre o PL**	**Valor**	**% sobre o PL**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**69**	**0,12**	**73**	**0,15**
Disponibilidades		**-**	**-**	**1**	**-**
Depósitos bancários - Banco Daycoval S.A. (*)		-	-	1	-
Cotas de fundo de investimento financeiro		**69**	**0,12**	**72**	**0,15**
Daycoval Títulos Públicos I F.I.F.		69	0,12	72	0,15
Instrumentos financeiros	**5**	**55.276**	**100,11**	**46.994**	**100,09**
Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios		**55.276**	**100,11**	**46.994**	**100,09**
Jif II Créditos - F.I.D.C. Crédito Privado	5.1	55.276	100,11	46.994	100,09
Total do ativo		**55.345**	**100,23**	**47.067**	**100,24**
Passivo					
Valores a pagar		**132**	**0,23**	**117**	**0,24**
À sociedade gestora (*)	**8**	73	0,12	72	0,15
Demais valores		54	0,10	40	0,08
À sociedade administradora e custodiante (*)	**8**	5	0,01	5	0,01
Total do passivo		**132**	**0,23**	**117**	**0,24**
Patrimônio líquido	**11**	**55.213**	**100,00**	**46.950**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**55.345**	**100,23**	**47.067**	**100,24**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.994.940/0001-72

(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Demonstração do resultado

Para o exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	24/06/2024 a 31/01/2025
Resultados		**9.666**	**4.138**
Cotas de fundos de investimento	**4 / 5**	**9.666**	**4.138**
Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	5.1	9.647	4.112
Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro	4	19	26
Encargos		**(1.403)**	**(638)**
Despesas da Administração	**13**	**(1.003)**	**(459)**
Remuneração da Gestão	(c)/(d)	(941)	(423)
Remuneração da Administração	(a)	(50)	(32)
Remuneração da Controladoria e Custódia	(b)	(12)	(4)
Despesas de serviços do sistema financeiro		**(385)**	**(164)**
Taxa de rebate		(361)	(152)
Taxa CETIP		(8)	(6)
Taxa ANBIMA		(3)	(4)
Taxa de fiscalização CVM		(13)	(2)
Despesas de serviços técnicos especializados		**(15)**	**(15)**
Auditoria externa		(15)	(15)
Resultado líquido do exercício/período pertencente aos detentores de cotas classificados no PL		**8.263**	**3.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.994.940/0001-72

(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais - R$, exceto o valor unitário das cotas)

	Nota	2026	24/06/2024 a 31/01/2025
Patrimônio líquido no início do exercício/período		**46.950**	**-**
Representado por 43.336,8139 cotas a R$ 1.083,3758 cada		46.950	-
Representado por 0,0000 cotas a R$ - cada		-	-
Resultado líquido do exercício/período pertencente aos detentores de cotas classificados no PL		**8.263**	**3.500**
Cotas emitidas no período	**10**	**-**	**43.450**
43.336,8139 cotas	(a)	-	43.450
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas		**-**	**43.450**
Patrimônio líquido no final do exercício/período	**11**	**55.213**	**46.950**
Representado por 43.336,8139 cotas a R$ 1.274,0524 cada		55.213	
Representado por 43.336,8139 cotas a R$ 1.083,3758 cada		-	46.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JIVE BOSSANOVA HIGH YIELD PFN - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.994.940/0001-72

(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto

Para o exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	24/06/2024 a 31/01/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+) Venda de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	5.1	1.365	41.099
(+) Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro	**4**	19	26
(-) Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(13)	(1)
(-) Pagamento de taxa de auditoria externa		(5)	
(-) Pagamento de taxa de controladoria e custódia		(12)	(3)
(-) Pagamento de taxa CETIP		(8)	(4)
(-) Pagamento de taxa ANBIMA		(3)	(5)
(-) Pagamento de taxa de administração		(49)	(28)
(-) Pagamento de taxa de performance		(254)	(44)
(-) Pagamento de taxa de rebate		(358)	(128)
(-) Pagamento de taxa de gestão		(686)	(308)
(-) Compra de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	5.1	-	(83.981)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(4)**	**(43.377)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**10**		
(+) Emissão de cotas	(a)	-	43.450
Caixa líquido das atividades de financiamento		**-**	**43.450**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**73**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		73	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**4**	69	73
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**73**
Reconciliação do resultado líquido com o caixa líquido das atividades operacionais			
Resultado líquido do período		**8.263**	**3.500**
Aumento de outros passivos		15	117
(Aumento) de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios		(8.282)	(46.994)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(4)**	**(43.377)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

1. Contexto operacional

O Jive Bossanova High Yield PFN - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("Classe"), foi constituído em 03 de maio de 2024, sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, e iniciou suas atividades em 24 de junho do mesmo ano, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30/2021 e alterações posteriores, que, cumulativamente, sejam investidores autorizados a adquirir as cotas, nos termos do regulamento, desde que sejam, exclusivamente fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento que sejam geridos pela Portofino Gestão de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.590.181/0001-56.

A Classe se enquadra na categoria de fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM nº 175/22, com responsabilidade limitada dos cotistas e com classe única de cotas, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio a qualquer subclasse de cotas.

A Classe tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, de no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) nas cotas investidas, observada a política de investimento da Classe.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, da Gestora, do Agente de Cobrança (se houver), do cedente (se houver) ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Não obstante a diligência do Administrador no gerenciamento dos recursos da Classe, não há garantia de eliminação dos riscos relacionados à Classe, notadamente do risco de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

A administração da Classe é realizada pelo Banco Daycoval S.A. ("Administrador") e a gestão da carteira da Classe é realizada pela Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora").

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, que são definidas pela Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, pela Resolução CVM nº 175/22, a qual a Classe está adaptado desde a sua constituição, e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira da Classe. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

Essas demonstrações contábeis, foram aprovadas pelo Administrador da Classe em 10 de junho de 2026, que autorizou sua divulgação.

3. Políticas contábeis

Entre as principais políticas contábeis adotadas destacam-se:

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Classe atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis e as respectivas notas estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Classe e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e cotas de fundo de investimento financeiro, com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.

(i) Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

(ii) Cotas de fundos de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento no Brasil são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício na rubrica “Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro”.

c) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Classe. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

▪ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;

▪ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o objetivo de receber pagamentos de principal e juros, de acordo com o modelo de negócio adotado. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

(iv) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

As aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração da evolução do patrimônio líquido em “Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios”.

d) Provisão para perda por redução no valor recuperável

A provisão, quando aplicável, é constituída sempre quando há evidências de redução no valor recuperável dos ativos da Classe. Caso haja perda por valor recuperável, a provisão é mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa de perdas de crédito esperada.

Para classificação da perda esperada destes ativos devem ser utilizados critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas a operação. As ponderações desses itens devem estabelecer o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na ICVM nº 489/11.

Vale ressaltar que os parâmetros estabelecidos acima, constituem critérios mínimos a serem observados podendo ser substituído por critérios definidos em regulamento, mediante avaliação, em conjunto ou não, dos seguintes critérios:

- **a.** Análise da capacidade de recuperação dos direitos creditórios vencidos e não pagos;
- **b.** Capacidade econômica do cedente e/ou sacado;
- **c.** Viabilidade econômica da operação.

e) Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

f) Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de janeiro de 2026 e 2025:

	2026		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Cotas de fundo de investimento (**)	1.756,2076	39	69
Total		**39**	**69**

	2025		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades (*)	-	-	1
Cotas de fundo de investimento (**)	1.533,2650	47	72
Total		**47**	**73**

(*) Em 31 de janeiro de 2025, a Classe possui o montante de R$ 1 representado por depósitos à vista no Banco Daycoval S.A. (Administrador e Custodiante);
(**) Refere-se ao investimento no Daycoval Títulos Públicos I Fundo de Investimento Financeiro inscrito no CNPJ/MF nº 34.658.789/0001-94. O investimento não possui prazo de carência para resgate e conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, as aplicações em cotas de fundo de investimento financeiro geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 19 [R$ 26 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025].

5. Instrumentos financeiros

5.1 - Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe mantém em sua carteira cotas de um único fundo de investimento em direitos creditórios no montante de R$ 55.276 (R$ 46.994 em 2025), detalhado abaixo:

	2026		
Cotas de fundo de investimento	**Quantidade**	**Valor**	**Prazo de duração**
Jif II Créditos - F.I.D.C. Crédito Privado **(a)**	416.504	55.276	Indeterminado
Total	**416.504**	**55.276**	

	2025		
Cotas de fundo de investimento	**Quantidade**	**Valor**	**Prazo de duração**
Jif II Créditos - F.I.D.C. Crédito Privado **(a)**	427.814	46.994	Indeterminado
Total	**427.814**	**46.994**	

(a) Cotas de classe subordinada júnior de série 1.

- ***Descrição dos investimentos***

Jif Ii Créditos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado

O Jif II Créditos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado ("Jif II" e/ou "fundo investido"), inscrito no CNPJ/MF nº 55.595.137/0001-28, administrado pelo mesmo Administrador

da Classe, iniciou suas atividades em 26 de junho de 2024 e foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo de duração indeterminado. O objetivo do Jif II é proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nos direitos creditórios e nas cotas investidas, observada a política de investimento.

As demonstrações contábeis do Jif II, referentes ao exercício findo em 31 de janeiro de 2026, foram auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., que reemitiram o relatório, datado 14 de maio de 2026, sem modificação.

- ***Movimentações dos investimentos***

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e, as aplicações em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 9.647 [R$ 4.112 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025].

As movimentações das aplicações em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios ocorrida no exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026	24/06/2024 a 31/01/2025
Saldo inicial	**46.994**	**-**
Aquisições	-	83.981
Vendas	(1.365)	(41.099)
Resultado	9.647	4.112
Saldo final	**55.276**	**46.994**

6. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado à Classe a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*).

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, a Classe não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Gerenciamento de riscos

Os bens e direitos integrantes da carteira da Classe, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

Mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para o cotista.

Abaixo estão indicados os principais riscos a que estão sujeitos os investimentos da Classe:

Risco de mercado: o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira da Classe está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho da Classe e, consequentemente, a rentabilidade das cotas.

Risco de crédito: o risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira da Classe e/ou das contrapartes da Classe em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento de tais devedores ou emissores, bem como alterações nas suas condições financeiras e/ou na percepção do mercado acerca de tais Devedores e/ou emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses devedores e/ou emissores, provocando perdas para a Classe e para os cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos devedores e/ou emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira da Classe acarretará perdas para a Classe, podendo esta, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Investimento de baixa liquidez: os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, no caso da Classe, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores profissionais. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das cotas da Classe. Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. A baixa liquidez do investimento nas cotas pode implicar impossibilidade de venda das cotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos cotistas.

Risco de patrimônio negativo: os ativos da carteira da Classe, por sua própria natureza, conforme o caso, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas à Classe e aos cotistas. Na medida em que o valor do patrimônio líquido seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações da Classe, a insolvência da Classe poderá ser requerida judicialmente **(a)** por quaisquer credores da Classe, **(b)** por deliberação de assembleia de cotistas, nos termos do regulamento e do anexo descritivo correspondente, ou **(c)** pela CVM. Os prestadores de serviço da Classe, em especial o Administrador e a Gestora, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pela Classe, tampouco por eventual patrimônio negativo decorrente dos investimentos realizados pela Classe. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à revisão judicial. Caso **(i)** referidas inovações legais sejam alteradas; ou **(ii)** a Classe seja colocada em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo, os cotistas poderiam ser chamados a aportar recursos adicionais para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, em valor superior ao valor das cotas por ele subscritas.

A íntegra dos fatores de risco atualizados a que a Classe e os cotistas estão sujeitos encontra-se descrita no regulamento da Classe, devendo os cotistas e os potenciais investidores ler atentamente o referido documento.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Classe é realizado pela Gestora, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pelo Administrador por meio de seus comitês internos.

8. Partes relacionadas

De acordo com o artigo 30 da Resolução CVM nº 181/23, caso a política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios originados ou cedidos pelo Administrador, Gestora, Consultoria Especializada (se houver) e suas partes relacionadas, o Custodiante contratado não pode ser parte relacionada à Gestora ou à Consultoria Especializada (se houver).

São consideradas partes relacionadas à Classe as seguintes entidades:

- **Empresas do Grupo Daycoval (“Administrador” e “Custodiante”)**

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe não possui saldo depositado junto ao Banco Daycoval S.A., Administrador e Custodiante da Classe.

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe possui o saldo a pagar de taxa de administração e de custódia, junto ao Banco Daycoval S.A., no montante de R$ 5. As despesas registradas no exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, a título de taxa de administração e de custódia, encontram-se divulgadas na nota explicativa n° 13.

- **Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”)**

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe possui o saldo a pagar de taxa de gestão e de performance, junto à Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda., no montante de R$ 73. As despesas registradas no exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, a título de taxa de gestão e de performance, encontram-se divulgadas na nota explicativa n° 13.

9. *Rating*

O item V do artigo 13 do Anexo Normativo II da Resolução CVM n° 175/2022 estabelece que a contratação de agência classificadora de risco é obrigatória somente nos casos em que a subclasse de cotas seniores (se houver) seja distribuída ao público em geral. Para as demais hipóteses, essa contratação é facultativa. Por esse motivo, as cotas da Classe em questão não são avaliadas por agência classificadora de risco.

10. Emissão, resgate e amortização de cotas

As cotas serão escriturais e nominais e corresponderão a frações ideais do patrimônio da Classe, são divididas em uma única subclasse, não havendo distinção, prioridade ou subordinação entre elas. O Custodiante será responsável pela inscrição do nome de cada cotista no registro de cotistas. A titularidade das cotas será comprovada por extrato emitido pela B3, enquanto estiverem eletronicamente custodiadas na B3 e adicionalmente por extrato emitido pelo escriturador, com base nas informações prestadas pela B3, quando as cotas do Fundo estiverem eletronicamente custodiadas na B3.

As cotas terão o seu valor calculado diariamente, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira e realizada de acordo com as normas e procedimentos vigentes.

a) Emissão de cotas

Na emissão e integralização de cotas, deve ser utilizado o valor da cota referente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo (D+0), respeitado o horário máximo fixado, periodicamente, pelo Administrador.

A distribuição das cotas será realizada por instituições habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, independentemente de prévio registro na CVM, nos termos da Resolução CVM nº 175/22. É facultado à Gestora suspender, a qualquer momento, novas aplicações no Fundo, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e aos cotistas atuais, nos termos da Resolução CVM nº 175/22.

É indispensável, por ocasião do ingresso do cotista no Fundo, a assinatura do termo de adesão, no qual o cotista deverá indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico individual (*e-mail*). O termo de adesão será fornecido ao cotista pelo Administrador previamente ao ingresso no Fundo.

Durante o exercício findo em 31 de janeiro de 2026 não houve emissão de novas cotas.

No período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, houve a emissão das seguintes cotas:

	24/06/2024 a 31/01/2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Montante subscrito**
Única	43.336,8139	43.450
Total	**43.336,8139**	**43.450**

b) Resgate de cotas

A Classe incorporará ao seu patrimônio líquido os rendimentos porventura advindos de ativos que integrem a carteira da Classe.

As cotas poderão ser resgatadas a qualquer momento com o rendimento a elas incorporado, mediante solicitação nesse sentido dirigida pelo cotista ao Administrador.

O resgate de cotas ocorrerá mediante: **(i)** conversão das cotas em recursos no 360º (trecentésimo trigésimo) dia da efetiva solicitação do resgate (D+360), desde que a mesma se dê dentro do horário estabelecido, periodicamente, pelo Administrador, sem a cobrança de taxas e/ou despesa; **(ii)** o

pagamento do resgate deverá ser efetuado no segundo dia útil subsequente à data da conversão (D+360), apurada nos termos do item *(i)* anterior.

O resgate de cotas poderá ser efetuado em moeda corrente nacional ou em ativos financeiros, nos termos estabelecidos no regulamento, e conforme valor da cota apurado na respectiva data de pagamento do resgate.

Durante o exercício findo em 31 de janeiro de 2026 e período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025, não houve resgate de cotas.

11. Subclasses de cotas da Classe

O patrimônio da Classe será formado por uma única subclasse de cotas. As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das cotas encontram-se descritas na íntegra no regulamento da Classe.

Em 31 de janeiro de 2026 e 2025, a Classe possui 43.336,8139 cotas, conforme demonstrado abaixo:

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**
Única	43.336,81	55.213	43.336,81	46.950
Total	**43.336,81**	**55.213**	**43.336,81**	**46.950**

12. Prestadores de serviços e Custódia dos títulos da carteira

a) Os serviços de administração, tesouraria, controladoria, distribuição e escrituração das cotas, são prestados pelo Banco Daycoval S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/0001-90, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 17.552 de 05 de dezembro de 2019 (“Administrador” e “Custodiante”).

b) Os serviços de gestão da carteira da Classe são prestados pela Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, 18º andar (parte), Torre Norte do Centro Empresarial Mário Garnero, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.170.960/0001-49, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 8.187 de 17 de fevereiro de 2005 (“Gestora”).

c) As cotas dos fundos de investimento administrados pelo mesmo Administrador estão custodiadas no Banco Daycoval S.A.

13. Encargos da Classe

a) Taxa de administração

Pelos serviços de administração fiduciária, que incluem os serviços de administração fiduciária, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros, e a escrituração da emissão e do resgate de cotas será devida pela Classe uma taxa de administração equivalente à somatória dos seguintes valores ("taxa de administração"): **(a)** taxa de administração: equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido, com valor mínimo R$ 4,00 (três mil reais) ao mês; **(b)** base de cálculo: valor diário do patrimônio líquido do Fundo, na base "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos); **(c)** provisionamento: diário; **(d)** base de cálculo patrimônio líquido: D-1; **(e)** data de pagamento: até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente; **(f)** índice e periodicidade de correção: corrigido *pro rata temporis* de forma automática pelo IPCA acumulado no ano anterior ou outro índice que venha a substituí-lo; **(g)** o primeiro pagamento da taxa de administração será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data de integralização inicial e o último dia do mês a que se referir o primeiro pagamento da taxa de administração.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de administração foi de R$ 50 [R$ 32 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025] e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Administração" na demonstração do resultado.

b) Taxa de controladoria e custódia

Pelos serviços de custódia, será devida pela Classe a seguinte taxa de custódia: **(a)** ao Custodiante, pela prestação dos serviços de custódia e controladoria à Classe, o montante equivalente a 0,01% (um centésimo por cento) ao ano, observado o valor mínimo de R$ 1,00 (um mil reais) ao ano, a título de taxa de custódia, corrigido *pro rata temporis* de forma automática pelo IPCA acumulado no ano anterior ou outro índice que venha a substituí-lo; e **(b)** indiretamente, por meio do fundo investido e dos fundos alvo, o valor mínimo mensal dos serviços de custódia e controladoria será de **(i)** R$ 1,00 (mil reais), para o fundo investido; e **(ii)** até R$ 2,00 (dois mil reais), para cada um dos fundos alvo, conforme previsto nos seus regulamentos. Em qualquer caso, tais valores corrigidos *pro rata temporis* de forma automática pelo IPCA acumulado no ano anterior ou outro índice que venha a substituí-lo; **(c)** provisionamento: diário **(d)** data de pagamento: até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de serviços.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de custódia e controladoria foi de R$ 12 [R$ 4 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025] e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Controladoria e Custódia" na demonstração do resultado.

c) Taxa de gestão

Pelos serviços de gestão, será devida pela Classe a seguinte taxa de gestão: **(a)** taxa de gestão: 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido; **(b)** base de cálculo: incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido da Classe, na base "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos), descontados(as) os valores pagos a título de taxas de administração do Fundo, e das taxas de administração pagas pelo fundo investido e pelos fundos alvo, ressalvado o disposto na cláusula 5.3 do regulamento; **(c)** provisionamento: diário; **(d)** base de cálculo patrimônio líquido: D-1; **(e)** data de pagamento: até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente; **(f)** índice e periodicidade de correção: corrigido *pro rata temporis* de forma automática pelo IPCA acumulado no ano anterior ou outro índice que venha a substituí-lo; **(h)** periodicidade de correção: corrigido *pro rata temporis* de forma automática pelo IPCA acumulado no ano anterior ou outro índice que venha a substituí-lo; **(g)** o primeiro pagamento da taxa de gestão será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data de integralização inicial e o último dia do mês a que se referir o primeiro pagamento da taxa de gestão.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de gestão foi de R$ 693 [R$ 363 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025] e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Gestão" na demonstração do resultado.

d) Taxa de performance

Adicionalmente à taxa de gestão devida à Gestora pelo serviço de gestão, será devida pelo Fundo uma taxa de performance correspondente a 20% (vinte por cento) do que exceder a variação de 100% (cem por cento) da taxa DI, já descontadas todas as despesas do Fundo. A apropriação da taxa de performance será calculada a cada dia útil.

É vedada a cobrança de taxa de performance quando o valor da cota do Fundo na data base respectiva for inferior ao valor da cota do Fundo por ocasião da última cobrança da taxa de performance efetuada no Fundo ou da aplicação do investidor na Classe se ocorrido após a data base de apuração.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de performance foi de R$ 248 [R$ 60 no período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025] e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Gestão" na demonstração do resultado.

e) Demais taxas

Não serão devidas, pelos cotistas, taxas de ingresso e/ou de saída em razão, respectivamente, de aplicações de recursos na Classe e quando do resgate de suas cotas.

14. Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Valor da cota	Rentabilidade da cota	*Benchmark*
	R$	%	
Exercício findo em 31 de janeiro de 2026	1.274,0524	17,60	Não definido.
Período findo em 31 de janeiro de 2025 (*)	1.083,3758	8,34	Não definido.

(*) Período de 24 de junho de 2024 (data de início das atividades da Classe) a 31 de janeiro de 2025.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

15. Tributação

a) Classe

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira da Classe não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotistas

Imposto de Renda

Conforme art. 24 da Lei 14.754/2023, os rendimentos nas aplicações nos fundos de FIDC ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas na amortização ou no resgate de cotas dos fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates/amortizações ou incidências posteriores, na mesma Classe ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que os cotistas possuam investimentos.

Tributação Periódica ("come-cotas") – Lei 14.754/2023

A Lei 14.754/2023 excepcionou o FIDC da tributação periódica ("come-cotas"), desde que:

(i) Seja enquadrada como entidade de investimento; e

(ii) O FIDC possua em sua carteira 67% de direitos creditórios.

Alertamos que o conceito de direitos creditórios que deverá ser utilizado para fins de análise da incidência ou não do come cotas é aquele constante na Resolução CMN n° 5.111/2023 e não da norma regulatória emitida pela CVM.

Caberá ao Administrador garantir a classificação como entidade de investimento e manutenção dos limites da carteira em direitos creditórios.

Igualmente não sofrerá o come-cotas o fundo de investimento que invista, direta ou indiretamente, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido em FIDCs enquadrados nas características acima.

IOF - (Decreto n° 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança do IOF. A alíquota do IOF será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação.

Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas imunes, os dispensados, e os amparados por norma legal ou medida judicial específica, não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

16. Política de divulgação das informações

O Administrador deve enviar o informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis no anexo A da Instrução Normativa CVM n° 489/11, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

O Administrador é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo à Classe, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam,

direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O Administrador deve, no prazo máximo de dez dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

(i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
(ii) a rentabilidade da Classe, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
(iii) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos da Classe, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais da Classe.

O Administrador disponibiliza aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final no período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade da Classe auferido entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

17. Contingências

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício auditado, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra o Administrador da Classe.

18. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, registre-se que o Administrador, no exercício auditado, não contratou nem teve serviços prestados pela Next Auditores Independentes S.S. relacionados a esta Classe por ele administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis da Classe.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19. Informações adicionais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 23 de dezembro de 2022 a Resolução CVM nº 175, alterada pelas Resoluções CVM nº 181/23, 184/23, 187/23, 200/24 e 206/24, que dispõem

sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos de investimento. A referida Resolução revoga, dentre outras, a Instrução CVM nº 356/01, em vigor desde 02 de outubro de 2023.

* * *

Diego Scalet
Contador CRC - 1SP305097/O-3

Erick Warner de Carvalho
Diretor responsável